

**A UE prepara-se para aumentar o preço dos gravadores de CD em três por cento. A ANSOL diz ser apenas uma das muitas injustiças a que o consumidor tem sido sujeito pelas companhias de software.**

■ Texto Hugo Séneca (hseneca@acj.pt) / Foto Filipe Pombo



## O código livre, POR FAVOR!

**O software livre está a um passo de se tornar uma questão de estado.** Jaime Villate, presidente da Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL), alerta para a crescente dependência da administração pública face a empresas que vendem software sem disponibilizar o código de programação. Criada em 2002, a ANSOL tem uma longa missão política a cumprir. A aplicação de taxas aos gravadores de CD e novas leis para o uso de software são as batalhas que se seguem.

Quando se tem por adversárias as maiores produtoras de software, as hipóteses de sucesso são quase ínfimas. Estará a ANSOL condenada a entrar

numa guerra perdida?

Já me disseram que o que estamos a fazer é comparável a lutar com Mike Tyson de mãos amarradas. Mas nós não estamos a lutar. Não pretendemos demonstrar soluções técnica ou economicamente mais viáveis. Achamos é que há algo eticamente incorrecto. É como uma luta entre vegetarianos e pessoas que comem carne: não há luta, porque as pessoas que consideram errado matar um animal para comer não procuram o conflito, limitam-se a não comer carne.

À semelhança do vegetarianismo, acredita que o número de adeptos do software livre vai aumentar? Nunca vai abranger a totalidade da po-

pulação, mas acredito que vai ter mais força. Em alguns sectores, a questão deve ser vista do mesmo modo que fumar ou não fumar. Não pretendemos proibir as pessoas de fumar, até porque é um direito que têm. Só que em certos locais, como nas escolas primárias, ninguém deve fumar. Na administração pública, acreditamos que só deve existir software livre.

#### Por que é que a administração pública deve adoptar software livre em detrimento do software proprietário?

Hoje, uma pessoa que recuse software proprietário ou que não tenha dinheiro para o comprar não pode aceder a um documento da administração pública. Além disso, os sistemas proprietários podem desaparecer a qualquer momento. Basta que uma empresa considere que não é rentável prosseguir com uma versão e os utilizadores terão de recorrer a uma nova versão.

#### A ANSOL tem tido contactos com o Governo?

Temos tido contactos com várias instituições, do Governo a grupos parlamentares. Temos estado em contacto com Diogo Vasconcelos, presidente da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) e com o Bloco de Esquerda (BE), que assessorámos na elaboração da proposta de lei que visa introduzir software livre na administração central.

#### Como têm reagido os responsáveis do Governo?

Têm sido receptivos, dispõem-se a ouvir e estão interessados. Mas há sectores do Governo que ainda receiam o software livre. Acho que é mais por não perceberem bem o que é. O software livre pode ser comercializado, não entra em contradição com o negócio. Mas há pessoas que julgam que somos contra a comercialização, que temos ideias um pouco comunistas, a favor de partilhar tudo com todos. Não é verdade. Disponibilizar o código-fonte não invalida que uma solução seja comercializada. Ou seja, posso vender um determinado software, mas não posso impedir o meu cliente de aceder ao código-fonte e introduzir alterações de que necessite.

O uso de software livre pela administração pública é infimo. Porquê?

Há uma grande pressão comercial, há monopólios que têm muito poder e criam-se falsas expectativas. Por exemplo, há universidades que criam protocolos com marcas de software e os responsáveis dessas universidades estão convencidos de que o protocolo só tem vantagens, mas na realidade estão a fomentar a dependência de algumas marcas de software.

#### Como vê a legislação em vigor?

Penso que está muito mal. Quando falamos de software proprietário falamos de algo que não é natural, que é imposto por leis que protegem monopólios e proíbem coisas tão simples como descobrir como é feito o produto que eu comprei ou transmitir para outra pessoa, mesmo que por linguagem falada, informação a que se teve acesso. Noutros domínios científicos isto não acontece. É algo novo.

Há sectores do Governo que receiam o software livre. Acho que é mais por não perceberem bem o que é. O software livre pode ser comercializado, não entra em contradição com o negócio.

que nasceu com o software. O software é apenas mais uma linguagem científica, como a álgebra ou a fala. A álgebra e a fala são linguagens livres. Com o software estão a impor restrições.

#### Que restrições?

Por exemplo, a proibição da cópia de coisas que são triviais, a restrição do uso de um software a uma única máquina, ou não poder redescobrir coisas já patenteadas.

#### Ao consumidor, que conselho dá?

O meu conselho é que olhem com atenção o que compram. Mesmo numa cópia, vê-se que as disposições das licenças são inaceitáveis. Há consumidores que já recusam software proprietário mas, quando compram um computador, são obrigados a pagar um sistema operativo que não queriam. Aí, a solução passa por pedir a desinstalação do sistema operativo e a devolução do dinheiro do software não utilizado.

E estas restrições tendem a agravar-se com as novas leis da UE...

É verdade. Essa legislação foi lançada recentemente e falta apenas ser implementada nos estados-membros, por forma a entrar em concordância com o *Digital Millennium Copyright Act*, que os americanos lançaram no início do milénio. Com a *European Union Copyright Directive* (EUCD), a legislação que protege obras literárias vai estender-se à música. Com a agravante de criminalizar não só as pessoas que tentam descobrir as tecnologias usadas na transmissão de dados, mas também quem trabalha com compressão ou cifra de dados. E não é tudo: esta lei considera um gravador de CD uma potencial máquina de cópias ilegais. Como é impossível estar em casa de cada pessoa para saber se as cópias são ilegais ou não, a directiva automaticamente aplica uma taxa de três por cento ao preço de cada máquina que permite fazer có-

pias. Essa percentagem destina-se à Sociedade Portuguesa de Autores e também à *Business Software Alliance* (BSA), que agrupa os maiores monopólios do software.

#### Quer dizer que a lei está um passo de alcançar o ponto de não retorno...

Sim, se alguns políticos não se opuserem, caminhamos para esse ponto, em que seremos todos obrigados a pagar a taxa. Mas não é a única mudança legislativa injusta que a UE está a preparar: em Fevereiro, deverá ser aprovada a aceitação das patentes de software utilizadas nos EUA. O que nos impede de "reinventar" coisas que já foram inventadas e automaticamente nos impõe uma herança de 100 mil patentes. Até hoje, o software não pode ser patenteado na Europa, porque é considerado um conhecimento teórico como a matemática. Na América já se aceitam as patentes de software e a ideia é harmonizar a legislação com os EUA e o Japão. O que acaba por fechar as portas à investigação, especialmente em países pequenos como Portugal. ☐